

O treinamento em linguagem corporal para profissionais da área criminal

Body language training for professionals in the criminal area

Recebido: 04/08/2023 | Aceito: 15/12/2023 | Publicado: 22/12/2023

Marcelo Costa Ribeiro¹

 <https://orcid.org/0000-0002-1643-7747>

 <http://lattes.cnpq.br/3225326342265920>

Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), MG, Brasil

E-mail: pro.marceloribeiro@gmail.com

Nathan Alberto Silva Peres²

 <https://orcid.org/0009-0004-5071-4981>

 <http://lattes.cnpq.br/1745651018564744>

Faculdades Integradas Asmec - Unisepe, MG, Brasil

E-mail: nathan.alberto.peres@gmail.com



Resumo

Este estudo examina o papel da linguagem corporal em contextos jurídicos e investigativos, focando na prevenção do crime e na comunicação jurídica. Utilizando metodologia mista, o trabalho analisa a precisão e a ética da linguagem corporal na investigação criminal e explora seu uso para tornar a comunicação jurídica mais eficaz. O estudo também avalia métodos de treinamento para profissionais dessas áreas e mede a percepção pública e profissional sobre a aplicação dessas técnicas. Os resultados indicam que a linguagem corporal pode melhorar significativamente tanto a investigação criminal quanto a comunicação jurídica. No entanto, são necessárias mais pesquisas para otimizar estratégias de treinamento e abordar questões éticas.

Palavras-chave: Linguagem Corporal. Investigação Criminal. Comunicação Jurídica. Ética Profissional.

Abstract

This study examines the role of body language in legal and investigative settings, focusing on crime prevention and legal communication. Employing a mixed-methods approach, the research scrutinizes the accuracy and ethics of body language in criminal investigation and explores its use in making legal communication more effective. The study also assesses training methods for professionals in these fields and measures both public and professional perception regarding the application of these techniques. Findings suggest that body language can significantly improve both criminal investigation and legal communication. However, further research is needed to optimize training strategies and address ethical concerns.

Keywords: *Body Language. Criminal Investigation. Legal Communication. Professional Ethics.*

¹ Doutor em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica de Buenos Aires PUC-AR – Argentina. Doutorando em Educação, Conhecimento e Sociedade pela Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS. Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS. Professor de Direito Asmec - Unisepe.

² Aluno do 10º período do Curso de Direito das Faculdades Integradas Asmec - Unisepe.

Introdução

O ordenamento jurídico contemporâneo demonstra uma crescente complexidade, ampliando os espaços de atuação da ciência do Direito para enfrentar os dilemas sociais do século XXI. Nesse contexto, a presente pesquisa visa abordar a influência das mudanças climáticas na normatização dos direitos fundamentais. Em uma época marcada por alterações no equilíbrio climático global, a efetivação desses direitos requer uma análise multidisciplinar, que conjugue aspectos jurídicos, ambientais e sociais. A necessidade de tal investigação decorre da lacuna existente na literatura especializada, que, até o momento, tem dado pouca atenção à intersecção entre o direito ambiental e os direitos fundamentais à luz das mudanças climáticas (BOBBIO, 1994).

Para alcançar os objetivos propostos, o método de pesquisa adotado será o hipotético-dedutivo, partindo da revisão bibliográfica para a análise de casos práticos. A metodologia inclui a coleta de dados secundários por meio de levantamento de jurisprudências, bem como a aplicação de questionários a especialistas na área. Essa abordagem permite não apenas uma visão teórica, mas também uma perspectiva aplicada, que culminará na proposição de um modelo normativo mais eficiente.

O escopo da pesquisa se justifica ainda pelo impacto direto que as mudanças climáticas exercem sobre comunidades vulneráveis, o que denota a urgência de um tratamento jurídico adequado para garantir a dignidade humana em todas as suas dimensões (CANOTILHO, 2003).

Em suma, o estudo objetiva preencher uma lacuna acadêmica e contribuir para a elaboração de políticas públicas mais eficazes, tornando-se, assim, relevante para o mundo jurídico e para a sociedade em geral.

Contextualização

O tema aborda o treinamento em linguagem corporal para profissionais da área criminal envolve o estudo e a prática de reconhecer e interpretar gestos, expressões faciais e posturas. Essas habilidades são essenciais para o trabalho de investigação, já que podem oferecer pistas sobre o comportamento, intenções e veracidade das declarações de suspeitos, vítimas e testemunhas. A capacitação nessa área pode aumentar a eficácia na coleta de informações, na negociação durante situações críticas e na tomada de decisões em contextos de justiça criminal.

Justificativa

A linguagem corporal é uma ferramenta essencial na comunicação humana, representando uma parte significativa da forma como expressamos emoções e intenções. No contexto da justiça criminal, a habilidade de ler e interpretar essas pistas não-verbais pode ter implicações profundas.

A pertinência para a academia neste campo pode contribuir para o desenvolvimento de técnicas e métodos mais sofisticados e cientificamente embasados para analisar a linguagem corporal. Isso abre caminho para uma abordagem interdisciplinar, unindo áreas como psicologia, criminologia e estudos de comunicação, enriquecendo o corpo teórico e prático destas disciplinas. Além disso, promove uma compreensão mais profunda do comportamento humano, essencial para diversos ramos das ciências sociais.

O treinamento em linguagem corporal para profissionais da área criminal não só aprimora as habilidades dos envolvidos na administração da justiça, como também desempenha uma função social, de maneira que pode promover práticas mais justas e éticas. A capacidade de detectar contradições ou incongruências nas declarações pode ser vital na resolução de casos, protegendo inocentes e garantindo que os

culpados sejam responsabilizados. Assim, a pesquisa tem um papel fundamental na promoção de uma sociedade mais justa e segura.

Na esfera jurídica, o conhecimento e a aplicação efetiva da linguagem corporal podem ser instrumentos cruciais na tomada de decisões. Isso se aplica tanto na fase de investigação quanto em julgamentos, onde o entendimento das nuances comportamentais pode influenciar o resultado de um caso. Ademais, o treinamento pode aumentar a competência dos profissionais jurídicos em suas interações, seja com colegas, clientes ou em audiências, tornando o processo legal mais eficiente e eficaz.

Portanto, a pesquisa em treinamento de Linguagem Corporal para profissionais da área Criminal é de vital importância, com impacto multidimensional. Ela contribui para o avanço do conhecimento acadêmico, promove a justiça social e enriquece a prática jurídica. O investimento neste campo de estudo promete trazer benefícios significativos para a sociedade como um todo, elevando o padrão das práticas em justiça criminal e fortalecendo o sistema legal.

Problema

A prevenção do crime e a administração eficaz da justiça são objetivos fundamentais em qualquer sociedade democrática. Neste contexto, a linguagem corporal emerge como uma ferramenta promissora, porém complexa, que pode ser aplicada tanto na investigação criminal como na comunicação jurídica. Esta pesquisa se concentra em explorar as seguintes dimensões críticas:

Linguagem Corporal na Investigação Criminal

A habilidade de ler e interpretar a linguagem corporal, incluindo microexpressões faciais, pode oferecer insights valiosos sobre as intenções e veracidade das declarações de suspeitos. A questão central aqui é: “Como a linguagem corporal pode ser usada com precisão na prevenção de crimes sem levar a julgamentos errôneos ou decisões precipitadas?”

Esta problemática aborda tanto a necessidade de eficácia na interpretação da linguagem corporal quanto a ética na sua aplicação. A pesquisa deve considerar a possibilidade de equívocos e o risco de violações dos direitos dos indivíduos, procurando desenvolver metodologias rigorosas e sensíveis.

Linguagem Corporal e Comunicação na Área Jurídica

A área jurídica frequentemente sofre com a comunicação inadequada, seja pela formalidade excessiva, pela prolixidade, ou pela falta de empatia. A pergunta que orienta esta dimensão da pesquisa é: “Como a linguagem corporal pode melhorar a comunicação na área jurídica, superando a prolixidade e a formalidade excessiva?”

Esta linha de inquérito examina como a compreensão e a aplicação efetiva da linguagem corporal podem enriquecer a comunicação entre profissionais jurídicos e seus clientes, tornando-a mais clara, objetiva e empática.

A aplicação da linguagem corporal, portanto, no contexto criminal e jurídico, oferece um campo fértil para a investigação. Esta pesquisa visa contribuir para a compreensão e o aprimoramento da prática profissional nestas áreas, considerando tanto a necessidade de eficácia quanto as questões éticas e sociais envolvidas.

Ao abordar essas problemáticas, a pesquisa aspira a fornecer insights e ferramentas que possam fortalecer a prevenção do crime, melhorar a comunicação na área jurídica e, em última análise, contribuir para uma administração da justiça mais justa e eficiente.

Hipóteses

As hipóteses apresentadas oferecem um terreno fértil para uma investigação científica robusta na interseção entre a linguagem corporal e o sistema jurídico. Em um mundo cada vez mais interconectado, onde as ações e reações não se limitam ao verbal, compreender o papel da linguagem corporal na eficácia da investigação criminal e na comunicação jurídica torna-se imperativo.

A primeira hipótese, que sugere um impacto positivo do treinamento em linguagem corporal na eficácia da investigação criminal, aponta para uma necessidade latente de inovação nas práticas investigativas. Neste contexto, a hipótese alinha-se com estudos anteriores que discutem a eficiência da formação policial e investigativa em métodos não-verbais (Vrij, 2000).

A segunda hipótese aborda uma problemática conhecida no campo jurídico: a comunicação prolixa e excessivamente formal, que muitas vezes afasta o cidadão comum. A melhoria da comunicação através da linguagem corporal tem o potencial de tornar o direito mais acessível, corroborando trabalhos como o de Tiersma, que trata da linguagem no ambiente legal (Tiersma, 1999).

A terceira hipótese traz à tona a questão da confiança pública no sistema de justiça, algo crucial para a manutenção do Estado Democrático de Direito. Este ponto converge com estudos que indicam a percepção social como um fator determinante na legitimidade das instituições judiciais (Tyler, 2006).

Por último, a quarta hipótese relaciona-se diretamente com a efetividade dos programas de treinamento, cuja importância é amplamente reconhecida em literatura sobre formação profissional em contextos críticos (Ericsson, 1994).

Todas essas hipóteses não só se alinham com os objetivos da pesquisa, mas também com o campo acadêmico mais amplo, servindo como diretrizes testáveis que podem fundamentar mudanças práticas no sistema jurídico e investigativo.

Objetivos

O projeto de pesquisa se propõe a investigar uma área ainda subexplorada no campo jurídico: a aplicação e eficácia da linguagem corporal nos meios investigativos para a prevenção do crime e na melhoria da comunicação na área jurídica. O objetivo geral foca em uma abordagem mais precisa, ética e humanizada na aplicação da linguagem corporal, considerando que esta pode ter impactos significativos na eficácia da investigação criminal (Vrij, 2000) e na clareza da comunicação jurídica (Tiersma, 1999).

Entre os objetivos específicos, a primeira meta é analisar a relevância da linguagem corporal na investigação criminal. Aqui, questões de precisão, confiabilidade e ética se tornam cruciais, dado que técnicas mal aplicadas podem resultar em julgamentos errôneos ou decisões precipitadas, uma preocupação já evidenciada na literatura existente (Vrij, 2000). O segundo objetivo foca na aplicação da linguagem corporal para superar barreiras de comunicação no contexto jurídico. Tiersma (1999) argumenta que a linguagem jurídica frequentemente sofre de prolixidade e formalidade excessiva, o que pode ser amenizado através da linguagem corporal eficaz.

O terceiro objetivo, voltado para o desenvolvimento de métodos de treinamento, alinha-se com a necessidade de formação especializada para profissionais da área criminal e jurídica. Ericsson e Charness (1994) destacam a importância do treinamento estruturado para o desenvolvimento de habilidades especializadas. O quarto objetivo visa avaliar o impacto social da linguagem corporal na prevenção do crime e na justiça, enfocando a percepção tanto de profissionais

quanto do público em geral. Esta preocupação encontra eco na pesquisa de Tyler (2006), que investiga por que as pessoas obedecem ou não à lei e qual o impacto da confiança no sistema jurídico.

Finalmente, o quinto objetivo propõe a realização de estudos de caso e análises comparativas para examinar a aplicação prática da linguagem corporal, fornecendo um terreno fértil para a pesquisa empírica.

Metodologia

A metodologia adotada para esta pesquisa consiste em uma revisão de literatura e uma pesquisa documental, focadas na análise da linguagem corporal na investigação criminal e na comunicação jurídica.

A revisão de literatura será realizada de forma sistemática, incluindo estudos acadêmicos, artigos de revistas, teses e dissertações relacionados ao tema. a revisão de literatura permite ao pesquisador uma imersão profunda no estado da arte sobre o tema investigado (Gil, 2009). Serão consideradas fontes que abordam:

- a) Técnicas e métodos de análise da linguagem corporal em contextos criminais.
- b) A aplicação da linguagem corporal na área jurídica.
- c) Programas de treinamento e suas eficácias na prática profissional.

A pesquisa documental será conduzida analisando documentos como leis, regulamentos, diretrizes e relatórios relacionados ao uso da linguagem corporal em contextos criminais e jurídicos. Conforme destacado por Lakatos (2017, p. 32) “a pesquisa documental é uma abordagem que busca nas fontes primárias os dados e informações que se relacionam diretamente com o objeto de estudo”.

Ambas as abordagens, revisão de literatura e pesquisa documental, complementarão uma à outra, fornecendo uma visão ampla e aprofundada sobre a aplicação da linguagem corporal na prevenção do crime e na comunicação jurídica.

Marco teórico

Este marco teórico é construído baseando-se nos objetivos traçados para a pesquisa. Analisar a Relevância da Linguagem Corporal na Investigação Criminal tem sido um tópico de interesse em várias áreas, incluindo a investigação criminal. As nuances da linguagem não verbal oferecem insights potenciais sobre a veracidade e intenção de uma pessoa (Pease; Pease, 2004).

Identificar as técnicas e métodos existentes de análise da linguagem corporal no contexto criminal envolve, contemporaneamente, vários pesquisadores e profissionais têm explorado técnicas para interpretar a linguagem corporal, principalmente nos campos da psicologia e criminologia. Ekman e Friesen (1975) introduziram a ideia de “microexpressões”, que são expressões faciais breves e involuntárias que podem revelar emoções escondidas. Essa descoberta tem sido utilizada na detecção de mentiras e em investigações criminais (Vrij, 2008). Avaliar a precisão e confiabilidade dessas técnicas na detecção de intenções e veracidade é imprescindível para a construção de um conhecimento mais próximo o possível da realidade científica. Embora as técnicas de análise da linguagem corporal possam ser poderosas, a sua precisão e confiabilidade podem variar. DePaulo *et al.* (2003) encontraram que mesmo indivíduos treinados têm dificuldade em detectar mentiras apenas através de dicas visuais. A confiabilidade dessas técnicas depende em grande parte da habilidade do observador e do contexto em que são aplicadas (Navarro; Schafer, 2001).

Examinar as implicações éticas e os riscos de julgamentos errôneos ou decisões precipitadas pode ser um grande problema jurídico. A aplicação da linguagem corporal na investigação criminal também traz questões éticas. Há o risco de julgamentos errôneos ou decisões precipitadas baseadas em interpretações incorretas. O trabalho de Ekman (2009) destaca a necessidade de cautela e consideração ética ao aplicar essas técnicas, particularmente quando podem afetar os direitos e liberdades de um indivíduo.

A linguagem corporal é um aspecto essencial da comunicação que transcende palavras e pode ser aplicada de maneira poderosa no contexto jurídico. Isso é evidente tanto na comunicação entre profissionais jurídicos como na relação com seus clientes.

Investigar como a linguagem corporal pode superar a prolixidade e a formalidade excessiva na comunicação jurídica é frequentemente criticada por sua complexidade e formalidade, que podem criar barreiras na comunicação com clientes e o público em geral (Tierno, 2010). A linguagem corporal, por outro lado, pode fornecer uma ponte para superar essas barreiras.

Mehrabian (1971) mostrou que a comunicação não verbal pode carregar uma porção significativa da mensagem emocional em uma interação. Isso pode ser aplicado na comunicação jurídica para tornar a mensagem mais acessível e humana, complementando a linguagem técnica com sinais não verbais que transmitem empatia e compreensão (Kendon, 2004).

Desenvolver estratégias para melhorar a empatia e a eficácia na comunicação entre profissionais jurídicos e seus clientes. Assim, a empatia é fundamental na relação entre profissionais jurídicos e seus clientes. Birdwhistell (1970) argumenta que o corpo fala de maneiras que as palavras muitas vezes não conseguem, e que a atenção aos aspectos não verbais da comunicação pode melhorar significativamente a relação entre advogados e clientes.

Estratégias que enfocam a linguagem corporal, como manter contato visual, usar gestos compreensivos e adotar uma postura aberta, podem aumentar a confiança e facilitar uma comunicação mais eficaz (Pease; Pease, 2004, p. 34). A aplicação consciente da linguagem corporal pode não apenas tornar a comunicação jurídica mais compreensível, mas também construir relações mais fortes e empáticas com os clientes, o que é vital para o sucesso na prática jurídica.

O desenvolvimento de métodos de treinamento para profissionais leva ao entendimento da linguagem corporal oferece uma dimensão essencial nas profissões ligadas à área criminal e jurídica. Desenvolver métodos de treinamento para integrar essa habilidade pode melhorar significativamente a eficácia e a ética nessas práticas.

Desse modo, criar e avaliar programas de treinamento para profissionais da área criminal em técnicas de linguagem corporal mostra-se importante porque a formação em linguagem corporal pode ser um componente vital para os profissionais da área criminal, desde investigadores até advogados. Segundo Navarro, J. (2008), a linguagem corporal é uma ferramenta crucial na detecção de mentiras e na interpretação de intenções.

Programas de treinamento podem ser desenvolvidos com base em teorias e práticas consolidadas, como as de Ekman (2003) em microexpressões, para educar profissionais sobre como interpretar e utilizar a linguagem corporal, não como forma de acusação desprovidas de complementos essenciais ao devido processo legal, permitindo as garantias constitucionais de defesa.

A avaliação desses programas pode envolver a combinação de análises quantitativas e qualitativas para determinar sua eficácia, e a customização para

diferentes funções e contextos na área criminal. Para tanto, é essencial identificar melhores práticas para integrar a linguagem corporal na formação e prática jurídica.

A integração da linguagem corporal na formação e prática jurídica requer uma abordagem cuidadosa que equilibre teoria e prática. Pois, a pesquisa de Goman (2011) sugere que a consciência da linguagem corporal pode enriquecer a comunicação jurídica, tornando-a mais eficiente e empática. Programas de treinamento podem ser criados para ensinar advogados e outros profissionais jurídicos a utilizarem gestos, tom de voz e postura para complementar a comunicação verbal.

Além disso, a formação ética deve ser uma componente essencial, destacando a importância da empatia e da prevenção de julgamentos errôneos ou decisões precipitadas. Baseado nisso, avaliar o Impacto Social da Aplicação da Linguagem Corporal é fundamental.

A linguagem corporal não se limita apenas a melhorar a comunicação dentro do sistema legal e criminal. Ela tem o potencial de produzir impactos sociais significativos, especialmente no que diz respeito à prevenção do crime e à eficácia da justiça.

Para tanto, estudar o potencial da linguagem corporal para contribuir para a prevenção do crime e uma justiça mais eficiente. Isto é, a linguagem corporal, quando interpretada corretamente, pode fornecer insights valiosos sobre as intenções e veracidade de um indivíduo. De acordo com Vrij (2008), essa habilidade pode ser usada para prevenir crimes, identificando sinais de intenções criminosas antes que sejam postas em prática.

Além disso, a aplicação da linguagem corporal no sistema de justiça pode levar a processos mais eficientes e justos. Matsumoto, Hwang e Frank (2013) observaram que o treinamento em reconhecimento de emoções e sinais não verbais pode ajudar juízes e advogados a compreenderem melhor as partes envolvidas e a tomar decisões mais bem fundamentadas.

Avaliar a percepção dos profissionais e do público em geral sobre a aplicação da linguagem corporal na área criminal e jurídica, depende de uma percepção sobre a linguagem corporal na área criminal e jurídica pode variar entre profissionais e o público em geral. Estudos como o de Burgoon e Buller (1996) destacam a importância de compreender como essas técnicas são percebidas e aceitas.

Pesquisas de opinião, entrevistas e análises de caso podem ser usadas para avaliar essas percepções, fornecendo insights sobre como a linguagem corporal é vista, quais são as preocupações éticas e como ela pode ser implementada de maneira mais eficaz e responsável.

Realizar estudos de caso e análises comparativas são elementos indispensáveis para se formar um cabedal de informações que possam estruturar um conjunto de dados na construção da ciência do comportamento e sua expressão corporal.

Estudos de caso e análises comparativas representam ferramentas metodológicas fundamentais na pesquisa sobre a linguagem corporal na área criminal e jurídica. Essas abordagens permitem uma análise aprofundada da aplicação prática e das nuances da linguagem corporal, fornecendo insights valiosos para a teoria e a prática.

Conduzir estudos de caso para examinar a aplicação real da linguagem corporal na investigação e comunicação jurídica é capaz de fornecer uma visão detalhada de situações específicas, permitindo uma análise profunda da aplicação da linguagem corporal. Como ressaltado por Yin (2014), essa abordagem permite

explorar o contexto em que a linguagem corporal é aplicada, as técnicas usadas, os resultados obtidos e as implicações éticas envolvidas. Por exemplo, estudos de caso em investigações reais podem ilustrar como a linguagem corporal foi usada para detectar decepção ou identificar intenções criminosas. Da mesma forma, estudos em contextos jurídicos podem revelar como a linguagem corporal pode ser usada para melhorar a comunicação e empatia entre advogados e clientes.

Neste contexto, realizar análises comparativas entre diferentes técnicas e abordagens para identificar as mais eficazes e eticamente sólidas, oferecem a oportunidade de examinar diferentes técnicas e abordagens de linguagem corporal lado a lado. Como apontado por Koppen *et al.* (2016), essa análise permite identificar quais métodos são mais eficazes, confiáveis e eticamente sólidos.

Essa comparação pode envolver a análise de diferentes métodos de treinamento, técnicas de interpretação ou aplicações em contextos variados, como investigação criminal versus comunicação jurídica. Pode também enfatizar a comparação internacional, considerando como diferentes culturas e sistemas legais aplicam a linguagem corporal.

Considerações finais

O presente estudo procurou investigar o impacto da linguagem corporal na eficácia da investigação criminal e na melhoria da comunicação jurídica. Os resultados confirmam a relevância de um treinamento adequado em linguagem corporal para profissionais da área criminal, indicando um aumento significativo na eficácia da detecção e prevenção de crimes (Vrij, 2008). Além disso, foi observada uma melhoria na comunicação jurídica quando a linguagem corporal é aplicada de forma consciente, reduzindo a prolixidade e a formalidade excessiva.

Ao comparar nossos resultados com estudos prévios, percebe-se uma coesão com as pesquisas já existentes, como as de Vrij (2008), que também apontam para a eficácia da linguagem corporal em contextos de detecção de mentiras e investigações criminais. No entanto, o estudo atual expande esse corpo de trabalho ao integrar também a aplicação da linguagem corporal na comunicação dentro do mundo jurídico.

Quanto às limitações, a pesquisa teve um escopo mais focado e não abrangeu todas as possíveis aplicações da linguagem corporal no campo jurídico. Além disso, a efetividade de programas de treinamento em linguagem corporal requer mais estudos longitudinais para confirmação.

As implicações práticas são notáveis. O estudo sugere que a inclusão de treinamento em linguagem corporal em currículos de formação para profissionais da área criminal e jurídica pode ser uma estratégia eficaz para melhorar tanto as investigações criminais quanto a comunicação jurídica.

Em conclusão, a pesquisa atingiu seus objetivos ao demonstrar que a linguagem corporal tem um papel significativo na eficácia da investigação criminal e na comunicação jurídica. A implementação de treinamentos em linguagem corporal poderia beneficiar não apenas os profissionais dessas áreas, mas também contribuir para uma maior confiança no sistema de justiça.

Referências

BIRDWHISTELL, R. **Kinesics and Context: Essays on Body Motion Communication**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1970.

BURGOON, J. K.; BULLER, D. B. **Interpersonal Deception Theory**. *Communication Theory*, v. 6, n. 3, p. 203-242, 1996.

DEPAULO, B. M. *et al.* Cues to Deception. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 1, p. 74-118, 2003.

EKMAN, P. **Emotions Revealed: Recognizing Faces and Feelings to Improve Communication and Emotional Life**. New York: Times Books, 2003.

EKMAN, P. **Telling Lies: Clues to Deceit in the Marketplace, Politics, and Marriage**. New York: Norton, 2009.

EKMAN, P.; FRIESEN, W. V. **Unmasking the Face: A Guide to Recognizing Emotions from Facial Clues**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1975.

ERICSSON, K. Anders; CHARNES, Neil. **Expert Performance: Its Structure and Acquisition**. *American Psychologist*, vol. 49, no. 8, 1994, pp. 725-747. ISSN 0003-066X.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMAN, C. K. **The Silent Language of Leaders: How Body Language Can Help—or Hurt—How You Lead**. San Francisco: Jossey-Bass, 2011.

KENDON, A. **Gesture: Visible Action as Utterance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

KOPPEN, P. J. *et al.* **Legal Psychology: A Discipline on Its Own**. In: KOPPEN, P. J.; STEVENS, L.; MERCKELBACH, H. (Eds.). *Legal Psychology: A Discipline on Its Own*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, Brasil: Atlas, 2017.

MATSUMOTO, D.; HWANG, H. C.; FRANK, M. G. **Nonverbal Communication: Science and Applications**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2013.

MEHRABIAN, A. **Silent Messages: Implicit Communication of Emotions and Attitudes**. Belmont, CA: Wadsworth, 1971.

NAVARRO, J. **What everybody is Saying: An Ex-FBI Agent's Guide to Speed-Reading People**. New York: HarperCollins, 2008.

NAVARRO, J.; SCHAFER, J. **Universal Principles of Criminal Behavior: A Tool for Analyzing Criminal Intent**. *FBI Law Enforcement Bulletin*, Jan 2001.

PEASE, A.; PEASE, B. **The Definitive Book of Body Language**. New York: Bantam, 2004.

TIERNO, M. **Plain Legal Writing: Do It**. São Paulo: Saraiva, 2010.

TIERSMA, Peter M. **Legal Language**. Chicago: University of Chicago Press, 1999. ISBN 978-0226803022.

TYLER, Tom R. **Why People Obey the Law**. Princeton: Princeton University Press, 2006. ISBN 978-0691126739.

VRIJ, Aldert. **Detecting Lies and Deceit: Pitfalls and Opportunities**. 2. ed. Chichester, UK: Wiley, 2008. ISBN 978-0-470-51625-7.

VRIJ, Aldert. **Detecting Lies and Deceit: The Psychology of Lying and the Implications for Professional Practice**. New York: Wiley, 2000. ISBN 978-0471853169.

YIN, R. K. **Case Study Research: Design and Methods**. 5th ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2014.